

## **Precursos portugueses da integração económica e monetária europeia**

**Carlos Bastien**

### **1. Introdução**

O objectivo da presente lição é dar conta do modo como a temática da integração europeia foi pensada em Portugal a partir do momento em que o processo de integração do espaço económico europeu, globalmente considerado, se começou a desenhar.

Em particular, estão em causa os principais projectos de integração, os quais, dispersando-se ao longo de uma linha temporal descontínua de cerca de dois séculos e na qual são identificáveis quatro momentos, foram adquirindo configurações e significados diversos consoante o momento histórico e o contexto social específico em que se situaram.

Assumindo-se invariavelmente como instrumentos redentores da economia nacional, o seu impacto social foi variável, embora sempre limitado entre a intelectualidade e, por maioria de razão, entre as classes populares, situadas por regra à margem do debate estratégico. Produto de uma sociedade periférica, eles permaneceram desconhecidos lá fora, mesmo quando a reflexão tinha por objecto a Europa no seu conjunto.

Para isso contribuiu a circunstância de Portugal, sendo um país desde sempre europeu pela geografia, pela língua, pela religião, pela cultura artística e científica, pelas formas de organização económica, social e política e, evidentemente, pelos laços económicos e financeiros que estabeleceu com as principais potências, ter condicionado a sua inserção económica e afirmação internacional a ambições e estratégias atlânticas e coloniais.

Embora feita aparentemente de reflexões e de intervenções individuais, esta não é uma história de pessoas singulares. É antes uma história de comerciantes, de banqueiros, de professores, de economistas, de políticos, de burocratas, de publicistas, isto é, de personagens socialmente determinados, que em algum momento reflectiram sobre as condições do país e da Europa, que pensaram estratégias, que formularam projectos, e que, por essas vias, expressaram de forma mais ou menos dissimulada interesses diversificados de grupo ou classe.

## **2. Um projecto de integração no limiar da modernidade**

A dinâmica de integração é inerente à economia moderna e foi justamente no quadro das actividades modernas, no caso o comércio de longo curso, que em meados do século XVIII surgiu entre nós uma proposta estratégica para Portugal e para a Europa, a qual, ainda que breve e incipiente, não deixa de ter significado histórico, desde logo porque não foi caso isolado na Europa do tempo.

O autor dessa proposta foi Estevão Álvares Bandeira (1671? - após 1724), um personagem até há poucos anos desconhecido da nossa historiografia. Estevão Bandeira foi assentista e investidor na dívida pública mas sobretudo um mercador activo nos circuitos comerciais externos, tanto nos que nos ligavam ao Brasil como nos que nos ligavam ao Norte da Europa, em particular à Holanda.

Foi também economista, não no sentido teórico — aliás, a teoria económica não existia ainda na sua época — mas um criador de doutrina económica ou, para usar uma expressão mais adequada à época, um arbitrista ou projectista. Apesar do seu estatuto social não-aristocrático, procurou aproximar-se da corte, designadamente através de arbítrios que visavam definir possíveis vias de desenvolvimento do reino. A sua reflexão, incluiu também, e é esse o aspecto que por ora importa considerar, um projecto de reforma da Europa que passava pelo reforço das relações comerciais de Portugal com o Império Russo, aproveitando uma conjuntura em que a Corte russa estava empenhada numa estratégia de aproximação à Europa Ocidental.

Estevão Bandeira sublinhava a necessidade de Portugal reforçar a sua posição na Europa que emergiu da paz de Utreque de 1713, o que, a seu ver, passava pela diversificação das relações externas, pelo combate, no plano económico, às potências hegemónicas, Holanda e Inglaterra, e pela aproximação à Espanha, cujos interesses estratégicos tomava como coincidentes com os portugueses.

Da intensificação do comércio português com o Báltico esperava, para além de uma evolução favorável dos seus negócios privados, um aumento das exportações portuguesas, em particular do vinho, azeite e sal e a importação de matérias primas importantes para as manufacturas têxteis e para a construção naval portuguesas. Curiosamente, admitia, em aparente contradição com o cânone mercantilista próprio da época, que tal comércio pudesse ser sustentadamente deficitário.

Mas esta estratégia, que terá obtido algum apoio entre os diplomatas portugueses da época, articulava-se com um projecto mais ambicioso de reforma da Europa. Na óptica deste mercador-economista, tal reforma, enunciada nas cartas que enviou ao Czar, em 1724, começaria por um tratado comercial liberalizando as trocas directas entre Portugal e o Império Russo, tratado esse que deveria ser replicado pela Espanha. Presumia que os bons resultados que daí adviriam para estes dois países levariam a que num prazo de oito anos outros estados — pelo menos a França, a Alemanha e a Polónia — adoptassem procedimento semelhante, prefigurando de alguma forma o que viria a ser no século seguinte a densa rede de tratados comerciais instituídos pela Europa liberal. No limite, só a Holanda, a Inglaterra e o Império Turco, por alegadas razões religiosas, não teriam lugar no bloco económico antevisto. Adicionalmente, o projecto previa de forma original, ainda que genérica e pouco clara, a possibilidade de multinacionalização de algumas manufacturas e de uma companhia de comércio de longo curso.

Neste projecto, surpreende a ausência de preocupações proteccionistas típicas do pensamento mercantilista, mas, como notou Schumpeter, ‘as forças livre-cambistas não se congregaram apenas fora da cidadela mercantilista hostilizando-a (...), em grande medida nasceram no seu interior’. De facto, para Estevão Bandeira a Europa apresentava-se já como um vasto espaço comercial e cosmopolita, à semelhança do que já então sucedia com os mercados do noroeste europeu, mas também com mercados espanhóis, designadamente com Francesco Perrata que em nome da corte espanhola apresentou ao Czar russo um projecto em quase tudo idêntico ao de Estevão Bandeira.

No plano político, o projecto deste representante do capitalismo comercial tinha a intenção clara de preservar a paz entre as potências presentes no cenário europeu, não só porque admitia que o desenvolvimento do comércio tendia a iludir fronteiras e a travar as lógicas de guerra — a conduzir à chamada *pax mercatória* — como admitia também que isso levaria à cooperação entre estados e à manutenção do *statu quo* territorial.

Estas ideias tinham suporte, pelo menos objectivo, em projectos europeus mais amplos e detalhados dos quais o mais relevante à época era o *Projecto para tornar perpétua a paz na Europa*, do abade normando Charles de Saint-Pierre. Este último projecto, à semelhança do de Bandeira, evidenciava a erosão da ideia de império enquanto forma de integração política e religiosa do ocidente cristão mas, ao contrário do que sucedia no de Bandeira, previa a construção de um sistema político europeu (que incluía a Rússia) designado União Europeia e sediado em Utreque. De modo algo inédito, o *Projecto* do abade normando dedicava um capítulo a Portugal, no qual procurava explicar ao soberano português as vantagens de natureza política, económica e financeira da adesão à sua proposta de União Europeia, a qual substituiria o sistema de equilíbrio das potências então em vigor.

### **3. O reformismo social e a integração europeia em meados do século XIX**

Com a emergência do Crescimento Económico Moderno enquanto padrão de funcionamento da Economia-Mundo Euro-Atântica na viragem do século XVIII para o século XIX a natureza e o significado social dos processos de integração económica mudou.

Com o predomínio da visão económica teórica clássica mudou também a atitude dos economistas relativamente ao comércio externo e em particular à problemática da integração económica no espaço europeu.

Esta última mudança foi porventura menos clara entre os economistas portugueses que entre os seus congéneres de outros países europeus, uma vez que a questão colonial continuou a polarizar a sua atenção, no mesmo passo que a dependência da Inglaterra se agravava e que a sociedade portuguesa vivia uma forte e prolongada crise, em especial nas décadas que medeiam entre a fuga da corte para o Brasil em 1807 e o fim da guerra civil em 1834.

Nestas condições, foram poucos ou nenhuns os economistas ou políticos que tomaram a Europa como objecto das suas reflexões, de forma que as propostas que foram surgindo lá fora, designadamente *Da reorganização da sociedade europeia*, de 1814, de Saint-Simon — o primeiro a sugerir que a indústria tinha um papel fundamental na unificação europeia — não encontraram eco entre nós.

Restava a reflexão teórica sobre o comércio internacional. José da Silva Lisboa (1756-1835) foi um primeiro exemplo de assimilação da teoria smithiana das vantagens absolutas e quase três décadas mais tarde José Ferreira Borges

(1786-1838) deu conta da teoria das vantagens comparativas de Ricardo. Nada nos seus escritos apontava para um processo de integração económica formal, mas tão só para a legitimação de uma política económica externa liberal, em consonância, com os interesses do complexo agrário-financeiro-burocrático que dominava o país.

Mas foi ainda neste período, quando a política europeia funcionava no sistema de equilíbrio de poderes reinventado na conferência de Viena de 1815, que o processo de integração europeia voltou a merecer alguma atenção.

Num primeiro momento, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) propôs a criação de uma aliança, dita ‘definitiva’, entre a Espanha, Portugal e a Grécia (mas extensível aos estados hispano-americanos e ao Haiti) cujo objectivo era sustentar a intervenção da Santa Aliança, que ameaçava estes estados com intervenções militares em apoio aos regimes reaccionários e absolutistas que neles vigoravam.

Num segundo momento, este ex-professor de filosofia na Universidade de Coimbra, da qual foi expulso, burocrata, político liberal mas com preocupações sociais — foi fundador da primeira associação mutualista que houve em Portugal — e economista, reelaborou as suas ideias sobre a problemática da integração europeia e em termos avessos ao nacionalismo característico da época, passando a referir-se, designadamente num *Parecer* de 1831, ao ‘interesse geral da família europeia’.

Debruçou-se sobre o futuro da Europa tomando por base o caminho de ferro, vendo na difusão dessa inovação tecnológica a origem de uma irresistível força integradora do espaço económico que conduziria a Europa a uma divisão em apenas dois blocos — o oriental e o ocidental.

Nessa sua antevisão, admitia que ‘a multiplicação das transacções diárias’, viabilizada pela rede ferroviária, resultaria na ‘fusão dos países limítrofes num só Estado, não se podendo consentir alfândegas internas’. Indicava como provável a ligação inicial entre a França, a Bélgica e a Holanda e um período de cerca de cinquenta anos para a superação da diversidade linguística na Europa, o que, em sua opinião, deveria ocorrer por generalização da língua alemã. Isto por entender que esta língua estava mais difundida que a francesa e por ser a mais rica em expressões e a mais adequada à criação de novos termos.

Ferreira não se debruçou especificamente sobre os aspectos institucionais relativos aos tratados de comércio e às políticas económicas externas nem tão pouco referiu de forma clara o que entendia dever ser a posição de Portugal no contexto europeu, mas manifestou em vários momentos posição favorável a um livre-cambismo quase irrestrito, que vinha na sequência da sua adesão à economia

política clássica. Um livre-cambismo que na situação concreta portuguesa resultava na defesa dos privilégios da agricultura exportadora e do comércio em detrimento de uma política de fomento industrial. Em qualquer caso, foi com Ferreira que a ideia de Europa, alcançou entre nós um conteúdo autónomo, já separado do elemento religioso tradicional.

Entretanto, a ideia que a modernização da economia portuguesa impunha o enfrentar dos interesses comerciais britânicos (e dos interesses portugueses com eles coligados) e a adopção de um caminho para a Europa que poderia passar por uma Ibéria federalizada, não deixou de ser considerada por outros intelectuais e políticos portugueses.

À época ressoava o apelo mágico de Vitor Hugo, que havia em alguma medida convertido os ideais da revolução de 1848 num apelo aos Estados Unidos da Europa.

Francisco Sousa Brandão, um engenheiro militar regressado da Paris revolucionária, publicista, representante qualificado da primeira geração socialista utópica, via a Europa já não como um equilíbrio de poderes mas como uma potencial federação de nações. Adepto de uma Ibéria de multiestados federados, publicou em 1850 um ensaio de cariz doutrinário onde, para além de referir diversos aspectos económicos, procurava, de forma inédita, identificar a base social do seu iberismo: ‘é necessário que este grito abaixo as alfândegas da fronteira seja repetido por todos os homens de trabalho, por todo o lavrador e operário de qualquer classe’.

Outra expressão relevante deste ideário surgiu pouco depois com José Félix Henriques Nogueira (1823-1858), publicista e também ele socialista utópico. Em 1853 publicitou o seu programa económico para a federação ibérica, o qual incluía a livre circulação de mercadorias entre Portugal e Espanha e uma pauta exterior comum, ‘ao modo da *Zollverein*’, que asseguraria temporariamente o equilíbrio entre ‘as forças produtivas da indústria estrangeira e as da nacional’. Tomando o alargamento do mercado como um factor de progresso dos vários sectores da economia portuguesa, notava que ‘as nossas fábricas que melhor produzissem, teriam a vantagem de oferecer os seus artefactos a um mercado de mais de 17 milhões de habitantes. À nossa agricultura interessaria em especial a exportação de vinhos para o continente e colónias de Espanha’. Este programa previa também a construção ou melhoramento das vias fluviais e estradas dirigidas à fronteira de forma a permitir não só uma maior integração do espaço ibérico como a intensificação das ligações com a restante Europa e previa ainda a redução dos gastos públicos mediante a extinção das alfândegas entre Portugal e Espanha e

mediante a ‘eliminação dos dispêndios de uma corte faustosa, duma diplomacia inútil e de um exército devorador’.

Relativamente às demais nações, Nogueira afirmava-se favorável ao enfraquecimento da protecção pautal, já que da união das economias ibéricas resultaria “o desenvolvimento de imensas riquezas contidas no seu solo e a sua natural elevação a potência de primeira ordem”.

No decurso das décadas de 50 e de 60 surgiram mais algumas versões do programa económico iberista, como menor expressão e já não articuladas com o socialismo utópico. De comum, tinham o objectivo de aligeirar a dependência da Inglaterra que era tomada como uma das causas do atraso nacional.

Assim, o projecto do médico e político portuense José Barbosa Leão (1818-1888), dado a conhecer em 1854, apresentava alguma originalidade ao recusar a ideia de federação política — ‘a união económica dos dois reinos de Portugal e Espanha pode muito bem realizar-se, sem que se toque em coisa nenhuma na sua organização política’. Curiosamente, neste mesmo ano Joaquim Maria da Silva (1830-?), açoreano, jurista e professor do ensino secundário, dava à estampa um inédito e até hoje único esboço de uma constituição política dos Estados Unidos da Ibéria, complementando de alguma forma a dimensão preferencialmente económica da maioria destes projectos.

Pouco depois, em 1860, surgiu um novo projecto, menos ambicioso no seu alcance mas mais extenso e detalhado, apresentado por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884). Este matemático e futuro reitor da Universidade de Coimbra, defendia também o estabelecimento de uma união aduaneira entre os dois países ibéricos mas inovava ao considerar algumas medidas de natureza fiscal e financeira, no que se distinguia do de Barbosa Leão, nomeadamente ao propor o nivelamento da tarifa exterior comum pela tarifa mais baixa e ainda uma outra norma segundo a qual as receitas das alfândegas da união pertenceriam ao país onde a alfândega se situasse, não havendo pois lugar a redistribuição proporcional das receitas.

Estes projectos propriamente económicos resultaram por regra em considerações algo genéricas, sem grande detalhe e sem apreciável dimensão técnica, expressando-se não raro em opúsculos, artigos de jornal ou até em cartas. Em nenhum deles houve tentativa de avaliação rigorosa dos efeitos económicos e financeiros decorrentes da sua eventual aplicação, desde logo porque os seus autores tomavam as respectivas vantagens — sobretudo o alargamento dos mercados — por evidentes. Cláudio Adriano da Costa (1795-1866), um economista e também ele defensor da integração peninsular, foi quem mais se

acercou de uma avaliação quantitativa dos efeitos da integração mas o seu propósito foi em larga medida frustrado pela circunstância de a imprensa ser, no seu dizer, ‘inimiga jurada das letras de conta’, isto é, por não dispor de dados quantitativos bastantes.

Estes projectos tiveram alguma correspondência do lado espanhol e, em alguns casos, com maior detalhe que os portugueses. Assim, a Liga Hispano-Lusitana, com estatutos publicados em Madrid em 1855, propunha uma integração funcional entre os dois países que incluía uma união postal e telegráfica, a integração do sistema escolar, a adopção da reciprocidade em matéria de direitos de propriedade literária e artística e a integração dos sistemas ferroviários. Em qualquer caso, o momento mais marcante do iberismo neste período foi a publicação, no início da década de 50, em Espanha e em Portugal, do livro *Ibéria* de Sinibaldo de Más, no qual este diplomata espanhol de origem catalã propunha a união pacífica dos dois países mas, curiosamente, sob a fórmula unitária e monárquica.

#### **4. Sob a égide da Geração de 70**

Após um período em que durante a Regeneração socialismo e iberismo quase se eclipsaram do debate público, a Geração de 70 veio recolocar ambos os tópicos na ordem do dia.

Na conjuntura nacional desses anos pesaram decisivamente quatro ordens de acontecimentos europeus: a revolução espanhola de 1868, que deu início ao sexénio democrático, as guerras franco-prussiana e a da independência Sérvia, a Comuna de Paris de 1871 e as unificações alemã e italiana, que questionavam a viabilidade dos pequenos países e evidenciavam a vantagem da sua integração em espaços mais vastos.

Antero de Quental, poeta, filósofo e figura cimeira desta Geração, foi, de entre aqueles que viam numa mais profunda ligação à Europa a via redentora do país, quem de forma mais explícita e radical afirmou a doutrina: “Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade.”

Tal como para o seu inspirador Proudhon, particularmente influente a partir da publicação de *Le Principe Fédératif*, em 1863, para Quental o federalismo não



se apresentava mais como um meio de fundir soberanias mas como um princípio geral de organização da economia e da sociedade e, ultrapassada a ideia de destruição do Estado, como uma forma de limitar o poder dos governos mediante a valorização dos poderes locais.

Quental, que tomava Proudhon como o verdadeiro representante da ciência social, desenvolveu a sua reflexão no âmbito político e social e só muito limitadamente no campo económico. As suas ideias em matéria de reforma económica, em particular em matéria de relações internacionais, eram vagas. A sua reflexão compreendia referências ao colectivismo, entendido como mecanismo de solidariedade entre as associações de produtores e consumidores (nomeadamente sob a forma cooperativa), ao mutualismo, ao crédito tendencialmente gratuito, e ao iberismo, enquanto âmbito e modo de coordenação das economias ibéricas. Ainda uma referência à ‘federação agrícola-industrial na qual assentará o futuro económico do mundo’, a forma como designava a futura sociedade económica e socialmente emancipada, e pouco mais.

Não muito diverso foi o projecto apresentado, um pouco mais tarde, por Oliveira Martins (1845-1894), o economista desta Geração. À semelhança de Quental e do mestre comum – Proudhon –, Martins concebia a integração ibérica como resultado de uma dupla revolução abrangendo todo o espaço ibérico. Uma revolução política, conducente à instauração de uma república federativa, e uma revolução económica, instauradora de uma economia assente no colectivismo e na mutualidade. Este modelo de economia, de sociedade e de representação política, federativa e piramidal, correspondia, no seu entender, à etapa final da evolução social, ou seja, ao socialismo. Pôde assim afirmar que uma constituição federal ibérica ‘seria o exemplo à Europa inteira’.

Na prática, Oliveira Martins idealizava uma economia de agricultores proprietários, de cooperativas de produção industrial e de profissionais liberais assente na mais ampla divisão do trabalho possível e na troca livre das respectivas produções no mercado. Em resultado da tendência imanente ‘para o trabalho organizado pela federação das funções’, aqueles agentes económicos agrupar-se-iam em federações de fábricas, de agricultores e em grémios profissionais, sendo que este modelo organizativo deveria estender-se a todo o espaço ibérico.

Duas décadas passadas, este economista apresentou uma visão diferente da integração económica ibérica. Descrendo então do federalismo e renegando Proudhon, mostrou-se ainda favorável a uma economia integrada, mas então ‘como na Alemanha, presidida e enfaixada pelo cesarismo forte’.

Independentemente desta última variante, os projectos de socialismo federalista revelavam-se expressão dos interesses da pequena-burguesia vista como a classe mais activa na sociedade e por isso a que interessava universalizar. Ao seu lado, o socialismo proletário, representado por outros dirigentes da Internacional e do primitivo Partido Socialista, designadamente por José Nobre França, via na classe operária o agente da transformação socialista mas de uma forma em que nem a nacionalidade, nem o iberismo nem mais genericamente o europeísmo tinham lugar relevante.

A ideia federalista teve também larga expressão no movimento republicano, em particular até aos anos 90. Para Magalhães Lima, entre outros, a república federal na Ibéria era a via para uma república federal latina ou da Europa do Sul e finalmente para a república federal europeia. Mas, mais que a eventuais aspectos económicos, reduzidos à supressão das alfândegas e pouco mais, a sua proposta apelava a solidariedades étnico-culturais.

No plano propriamente teórico, os economistas portugueses destas décadas não incorporaram progressos significativos na análise desta temática. A teoria ricardiana das vantagens comparativas permaneceu longamente como quadro de referência para a análise das relações económicas internacionais, desde logo porque os aperfeiçoamentos entretanto introduzidos na teoria por Stuart Mill foram ignorados. Em contrapartida, as inovações introduzidas em meados do século por Friedrich List na teoria da integração económica formal, e em particular na análise das uniões aduaneiras, apesar de referidas, acabaram por se revelar de pouco préstimo para a reflexão em curso em Portugal. É que List não só não considerou explicitamente a hipótese de um *zollverein* ibérico como sugeriu, ainda que com alguma ambiguidade, que essa solução não era adequada para promover o desenvolvimento do país, contrariando a estratégia económica de algum iberismo. É que, sendo Portugal (tal como a Espanha) uma economia que, de acordo com a sua tipologia, havia regredido para o que designava por ‘estado de agricultura’, não seria possível nessas condições adoptar com sucesso uma política proteccionista, nem mesmo no âmbito de uma união aduaneira.

Os economistas portugueses que se ocuparam da integração económica neste período foram em geral parcimoniosos na abordagem da integração monetária, desde logo quando estava em causa a questão ibérica. Porque julgassem a questão difícil, ou adiável, ou porque a tomassem por demasiado sensível politicamente tendo em atenção a ligação entre moeda e soberania, o facto é que raramente foram além de alusões vagas a uma eventual moeda única ou outra solução afim.

Ainda assim, na década de 50, o acima citado José Barbosa Leão, em ligação com a sua proposta de união económica, havia já defendido a adopção de um sistema monetário único na Península Ibérica, mas sem esclarecer os termos em que tal sistema de poderia concretizar. Pela mesma época, um autor apenas identificado por C.P. propôs a unificação monetária mediante a adopção do ‘franco como moeda comum a ambas as nações ibéricas’, mas também não entrou em detalhes.

A excepção foi Carlos Morato Roma (1798-1862), capitalista, administrador do Banco de Portugal, e professor da Aula de Comércio, cronologicamente próximo mas ideológica e socialmente distante da Geração de 70, que apresentou, ainda no decurso dos anos 60 um plano, inteiramente original no contexto português, de criação de uma moeda única europeia, curiosamente, à margem de qualquer união económica.

Este representante do capitalismo financeiro admitia que a estabilidade monetária, as facilidades comerciais e a clareza contabilística resultantes da maior transparência dos preços dos produtos eram razões suficientes para justificar a criação de uma moeda de ouro comum na Europa. Admitia também que a França, pela sua relevância no cenário económico e político europeu, poderia ter um papel motor em todo o processo de criação da união monetária proposta e ser secundada pela Itália, pela Espanha e por Portugal. Admitia ainda que posteriores adesões a este sistema levariam rapidamente à criação de uma moeda única europeia.

Na sombra ficavam alguns aspectos técnicos e práticos, desde logo o nome a atribuir a uma tal moeda. Ainda assim Morato Roma detalhava que ‘a peça principal se compusesse de 10 gramas de ouro (...) e que haveria também peças de 5 gramas e de 2 gramas. Poderia a unidade monetária ser o centésimo da grama. A peça de 10 gramas teria 1000 unidades, — 1000 centigramas’. O projecto previa também que em cada nação deveria haver moeda auxiliar de prata, ainda que definida por cada autoridade nacional à margem do acordo internacional. Quanto à cunhagem e ao controlo da circulação monetária sustentava que tais funções deveriam ficar a cargo das autoridades dos vários países aderentes ao sistema, pelo que este configuraria uma união monetária descentralizada, com ausência, portanto, de uma autoridade monetária única.

Alinhando com os pontos de vista expressos por uma parte da elite liberal francesa — a quem expressamente apresentou este seu projecto —, Morato Roma obteve uma audiência invulgar. Apesar de não terem tido sequência histórica nos exactos termos em que estavam formuladas, as suas ideias não deixaram de anteceder alguns projectos afins apresentados em França, designadamente por

Michel Chevalier e, porventura, de influenciar algumas realizações concretas, em particular a União Latina, criada em 1865.

Apesar da contribuição doutrinária de Morato Roma, Portugal nunca participou nessa União. À data em que esta se constituiu, Portugal tinha já adoptado o regime de padrão-ouro e, não obstante as promessas de apoio por parte do governo francês, eram poucos os que no país admitiam ser vantajosa a passagem a um sistema bimetalista.

## **5. Entre as duas Guerras Mundiais**

Para todos os efeitos práticos, o republicanismo federalista português extinguiu-se em finais do século XIX, de modo que a República assumiu um carácter ostensivamente anti-federalista, avessa à ideia de integração ibérica e europeia e aberto à continuidade da aliança inglesa.

Assim, os poucos projectos que então surgiram no espaço público tiveram origem em sectores não republicanos, designadamente no Integralismo Lusitano. Em 1919, António Sardinha, num texto intitulado *A descoberta de Espanha*, referia-se à ‘oratória gordurosa e arcaica ao evocarmos Aljubarrota’ e delineava um projecto, muito semelhante ao apresentado pela mesma época em Espanha por Vasquez de Mella, cujo objectivo era explicitamente ‘restaurar a sociedade cristã pela volta aos caminhos perdidos da tradição’. Tratava-se de procurar apoio para a re-emergência de interesses agrários historicamente ultrapassados mediante a instauração de um regime dual de monarquia tradicionalista, cristã e corporativa — residia aqui a sua dimensão económica — nos dois estados ibéricos, amparando-se mutuamente num contexto de uma união em que apenas a defesa e a política externa seriam formalmente partilhadas num órgão federal. À margem ficavam explicitamente ‘suspeitas combinações financeiras e tratados de comércio não menos suspeitos e duvidosos’.

Sem relação com este projecto desalinhado da hora europeia — e por isso inapresentável fora do contexto peninsular —, o europeísmo económico e político renasceu após o termo da Primeira Guerra Mundial em consequência das novas perspectivas que se apresentavam então na Europa.

O movimento pan-europeu lançado em 1923 por Richard Koudenhove-Kalergi e Aristides Briand, entre outros, embora não tivesse a participação directa de portugueses, obteve algum impacto na opinião pública ilustrada local.

Algo de semelhante aconteceu com o *Memorandum Briand*, uma proposta francesa apresentada em 1930, no âmbito da SDN, a vinte e seis governos europeus, visando a criação de uma Federação Europeia assente num mercado comum. A recusa do governo português foi pronta mas a discussão pública na imprensa foi surpreendentemente ampla.

Foi neste ambiente que Francisco António Correia (1877-1938), liberal, professor de economia internacional e director do ISC, ministro da República, co-fundador da revista *Seara Nova*, representante do Estado português em diversas conferências internacionais no âmbito da economia e das finanças, apresentou em 1929, já em plena ditadura militar — e certamente por inércia do seu espírito liberal —, um novo projecto significativamente intitulado *Estados Unidos da Europa*.

A ambição deste projecto, o mais sofisticado de quantos foram apresentados por economistas portugueses, era inverter a decadência relativa da Europa, criando um bloco continental susceptível de concorrer com o que designava de ‘imperialismo americano’.

Tratava-se de constituir uma união europeia, com características de união económica e monetária, em ordem a superar os nacionalismos económicos vigentes nestes anos de entre as guerras.

Seguindo uma evolução necessariamente lenta, tal união começaria por uma trégua aduaneira, avançando a partir daí os estados europeus envolvidos para a uniformização progressiva dos sistemas fiscais e das normas relativas à produção, às condições de trabalho, ao comércio e ao crédito. O projecto sublinhava muito claramente a necessidade de constituição de cartéis industriais transnacionais europeus, porventura como passo para posteriores fusões, de forma a que as empresas europeias dos sectores básicos da economia alcançassem dimensão e eficiência para concorrer com a indústria americana, vista como vivendo então em fase de racionalização e de grande progresso.

O projecto applicava-se em princípio a todas as economias europeias, incluindo os respectivos apêndices coloniais, mas com possível excepção da Grã-Bretanha. Já quanto à eventual participação da URSS o projecto era omissos. Relativamente às pequenas economias, incluindo naturalmente a portuguesa, a ideia de Correia era clara: deveriam participar na união porque o seu isolamento seria uma solução penalizadora do crescimento económico. Contudo, admitia que o desarmamento pautal dessas economias conduziria a crises industriais localizadas, para cuja superação sugeria a criação de um sistema de compensações, cuja origem não era clara. É que o projecto era omissos a respeito

do orçamento federal, embora se deva admitir que a convicção liberal do autor aconselharia um orçamento mínimo, e era também pouco claro a respeito do que poderiam ser eventuais políticas sectoriais. O dado mais curioso é que o projecto de Correia admitia explicitamente a hipótese de, ao menos temporariamente, conviverem na união económica agrupamentos diferenciados de países em função dos respectivos níveis de desenvolvimento, o que o aproximava muito das ideias defendidas na mesma época por Francis Delaisi no livro *Les deux Europes*.

O projecto de Correia previa ainda a criação de um banco internacional preparando a unificação monetária, e por fim, a criação de uma federação política em que todos os Estados teriam os seus representantes, embora nada adiantasse quanto à natureza mais ou menos democrática dessa estrutura.

Em termos gerais, o projecto deste economista retomava aspectos, em particular a questão dos cartéis industriais, frequentes em diversos projectos surgidos na Europa nestes mesmos anos. Muitos deles, curiosamente, formulados não por economistas mas directamente pelos próprios industriais, como sucedeu, por exemplo, com Emile Mayrisch, director-geral de uma grande empresa alemã do aço.

Relativamente a Portugal, Correia tinha em mente a criação de um cenário europeu mais favorável ao desenvolvimento do país mas, ao dar expressão aos interesses de uma burguesia industrial que ele admitia, erradamente, estar interessada numa processo de abertura económica e disposta a concorrer internacionalmente, incorreu numa aparente situação de antecipação superestrutural. O desconforto provocado por esta sua proposta nos círculos do poder foi certamente grande, já que Francisco Correia foi afastado do cargo de Director Geral dos Negócios Comerciais do MNE.

A situação só mudou, parcialmente, quando chegou a hora do Plano Marshall. Após forte hesitação, o governo português acabou por aceitar integrar a OECE e receber, em 1949, as primeiras verbas decorrentes desse plano. Terminava aí a história dos precursores e dos projectos e começava a da integração contemporânea. Mas como já foi escrito, o 'Estado Novo aderiu então a um europeísmo de meios mas não a um europeísmo de espírito'.

\*\*\*

Da consideração conjunta dos projectos aqui referidos, mas também dos muitos não referidos, emerge como regra que todos, ou quase todos,

independentemente da sua configuração concreta e da natureza das forças sociais a que se achavam vinculados, emergiram à margem do círculo mais íntimo do poder político, o qual lhes dedicou, também por regra, o silêncio ou a rejeição. O mesmo sucedeu com a sociedade civil, sendo que em ambos os casos tais silêncios ou rejeições surgiram articulados com projectos políticos nacionalistas, ou com estratégias de associação a outros espaços que não a Europa, mas sobretudo com estratégias de manutenção da tradicional dependência inglesa.

Mas dessas situações já não tratamos hoje aqui.